



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO REALIZADA NO DIA 1 DE JULHO DE 2022

----- Ao primeiro dia do mês de julho do ano dois mil e vinte e dois nesta Vila de Torre de Moncorvo e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, com a presença dos senhores vereadores: Victor Manuel da Silva Moreira, Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros Meneses, António Adriano Mota Menino e Hélder Alberto Pinto Ferreira, e comigo José Eduardo Correia dos Santos Dixo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município, que a secretariou. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião eram 09:30 horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e distribuída. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**PONTO 01:** -----

- O Sr. Vereador Hélder Ferreira referiu-se a uma notícia publicada do dia anterior no Mensageiro de Bragança, com o título na primeira página "*Torre de Moncorvo Máquinas e Camiões das Minas estão parados*" e a uma outra publicada notícia do JN de 01.07.2022 em que "*Minas de ferro paradas por falta de pagamento às empresas*" em que afirmam que cerca de 18 credores exigem à firma de Torre de Moncorvo meio milhão de euros por trabalhos, citando, também que "*um dos trabalhadores da Nordareias, não mencionando o nome, algumas não receberam desde o início do ano, outras há três ou quatro meses, explicou um responsável da Nordareias*". Em relação à União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha, no local o JN constatou que não há movimentação de máquinas e de pessoas. E, entretanto, a Aethel Mining vem dizer que há paragens técnicas, pelo que pergunta

51  
S. Faustino

Handwritten signature or initials in the top left corner.



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

que paragens são estas? E como ontem o Sr. Presidente havia mencionado na Assembleia Municipal, aos Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta que, efetivamente, existiam dois contratos, pergunta que contratos são esses. -----

- O Sr. Vereador Adriano Menino procedeu à leitura da seguinte proposta:-----

-----*“Proposta contra a “CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL TRANSFORMADORA DE BAGAÇOS NA FREGUESIA DE CARVIÇAIS-----*

*Apesar da importância do assunto para o concelho, apontando todos os dados para um enorme problema ambiental e de saúde pública caso a unidade seja construída, o executivo PSD/CDS nunca nos foi informando da evolução do processo de licenciamento em curso, quer aos vereadores nas reuniões de Câmara quer aos deputados Municipais nas reuniões da Assembleia Municipal, ao contrário do que estão obrigados por força do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 24/98 - “Os titulares do direito de oposição têm o direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade (...)”.* ----

*As informações que obtemos por parte do executivo resumem-se a respostas vagas às questões que temos vindo a colocar, remetendo sistematicamente para os pareceres externos que a Câmara tem de solicitar, nos termos da legislação que regula este tipo de construção. -----*

*Consultado o processo de licenciamento em curso, verificamos que o mesmo se encontra em fase avançada, com pareceres favoráveis, pese embora algumas condicionantes ambientais. -----*

*É na excelência e pureza do nosso território, por causa dele e das nossas gentes, que facilmente encontramos argumentos para recusar este empreendimento. -----*

*Ao mesmo tempo que o Município gere este processo de construção da unidade fabril em Carviçais, (a cerca de 5km em linha reta dos Lagos da Sabor), a Associação de Municípios do Baixo Sabor promoveu no passado dia 1 de junho, em cerimónia pública na Biblioteca Municipal, uma sessão de apresentação da Bio Região Lagos do Sabor. Ora esta Bio Região, como bem explicado nessa sessão,*



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

*pressupõe uma região - leia-se: Concelho - livre de poluição, de herbicidas, de pesticidas, de químicos na agricultura, com ar e água puros, em suma, tem por objetivo uma região de produção agrícola biológica de excelência. Sim, e aqui estamos todos de acordo: uma Bio Região é o garante do futuro agrícola sustentável do nosso concelho, garante da qualidade e excelência dos nossos produtos e produtores. -----*

*Esta Bio Região é, em nosso entender, incompatível com a unidade transformadora de bagaço. Não podemos ter produção agrícola em modo biológico ao lado de uma unidade industrial extremamente poluente! A aposta no tremendo potencial turístico dos Lagos do Sabor, partilhada com os concelhos de Alfandega da Fé, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros, deve unir também estes concelhos na luta contra a construção desta unidade fabril que põe em causa o aproveitamento turístico dos Lagos do Sabor. -----*

*Sim à Bio Região. Sim aos Lagos do Sabor. NÃO À CONSTRUÇÃO DA FÁBRICA! Para além deste forte argumento contra a construção da fábrica, e na defesa intransigente dos interesses da população, PROPOMOS: -----*

*1 – Que o Município promova uma viagem a Ferreira do Alentejo, fretando 2 ou 3 autocarros, para que os munícipes interessados possam ver por si uma unidade similar em plena laboração, dos mesmos promotores, e assim esclarecerem todas as suas dúvidas. Lembramos que há cerca de 3 semanas o Município patrocinou, por unanimidade, viagem de autocarro aos agricultores do concelho para visita à Feira de Agricultura de Santarém. -----*

*2 – Que o Município promova uma sessão pública de esclarecimento à população, juntamente com a Junta de Freguesia de Carviçais, o promotor do projeto e demais autoridades, públicas e privadas, com interesse neste problema. À semelhança do que foi feito em 2020 na apresentação do projeto de exploração mineira em Torre de Moncorvo, com direito a transmissão direta nas redes sociais.*

*3 – Considerando que os pareceres consultados no processo são omissos quanto ao impacto ambiental do empreendimento, nomeadamente na emissão de fumos e*

*S. Faustino*

5/12/2022



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

*gases nocivos para a saúde, o que é absolutamente inaceitável, consideramos que o Município, enquanto entidade licenciadora, deverá exigir de imediato ao promotor a AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA) por o projeto ser suscetível de provocar impacto significativo no ambiente em função da sua localização, dimensão e natureza (anexo III do RJAIA – Regime Jurídico de Avaliação de Impacto Ambiental). Seguramente que um estudo isento, rigoroso e certificado cientificamente inviabiliza de imediato esta construção. -----*

*Apelamos assim, ao Exº Presidente do Município, a adoção destas nossas propostas para que possamos demonstrar inequivocamente à população que estamos do seu lado e que tudo estamos a fazer para que esta unidade industrial não seja construída no nosso concelho”. -----*

Eu de seguida depois envio o documento por e-mail para ficar registado. -----

-----O Sr. Presidente respondendo às perguntas que lhe foram colocadas, pelo Sr. Vereador Hélder Ferreira, esclareceu que o que tinha dito na Assembleia Municipal foi que tinha conhecimento da existência de dois contratos, mas que, como não fazia parte da administração e se tratavam de negócios privados, a Câmara não se envolvia. Referiu que a sua preocupação era que a empresa cumprisse o seu pagamento aos fornecedores de Torre de Moncorvo, aos outros todos, mas principalmente aos de Torre de Moncorvo. Quanto à notícia do Mensageiro, não sabia o que a notícia dizia, recordando que o Mensageiro de Bragança foi o único que o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, à altura o Sr. Jorge Gomes, levou para estar na assinatura do contrato, provavelmente saberia mais do que nós e era a ele que lhe deviam fazer essas perguntas. -----

Disse, ainda, que o Presidente do Conselho de Administração da empresa lhe havia transmitido que se tratava de uma paragem técnica e que iriam retomar em breve a exploração. -----

Quanto à intervenção do Sr. Vereador Adriano Menino, congratulou-o pela proposta, pois, na mensagem que havia enviado no dia 23 de fevereiro ao Sr. Vereador a dizer “Devíamos encontrar-nos para fazermos o texto para levarmos à



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

*reunião de câmara*”, conforme havia ficado combinado na reunião de 8 de fevereiro deste ano. Recordou que, nessa reunião, afirmou taxativamente que iria pedir o estudo de impacto ambiental, pelo que congratulava o Sr. Vereador Adriano Menino por passado tantos meses e depois de ter ido ontem a ver o processo às Obras Particulares inteirando-se do ponto de situação do projeto da Fábrica de Bagaço, tenha hoje trazido o texto que leu, embora com uns meses de atraso. Disse, ainda, que o referido texto não são ideias do PS, muito menos do Sr. Vereador Adriano Menino e do Sr. Vereador Hélder Ferreira. -----  
Disse ainda que a questão do estudo de impacto ambiental havia sido falado na reunião de 8 de fevereiro e ficou inequívoco que este Executivo não iria aprovar aquele projeto naquele local, o que o Sr. Adriano Menino, enquanto vereador, disse *“Congratulo com isso, porque se tivéssemos dito isto à população desta forma tão clara, já não haveria dúvidas”*, isto dito na reunião de 8 de fevereiro. É incrível como é que, passado este tempo, os senhores vereadores se esqueceram ou o Sr. Vereador se esqueceu, dizendo ainda que achava que o Sr.- Vereador ficou estupefacto com o que estaria nas redes sociais e o que estaria no projeto. ---  
Reiterou o que havia dito em fevereiro, que naquela localização, aquele projeto não terá aprovação quando vier a Executivo. Disse, ainda que mantinha que havia dito em fevereiro, o que disse a Sra. Vereadora, o que disse o Sr. Vice-Presidente e o que disseram os Vereadores da Oposição. -----  
Portanto congratulava o Sr. Vereador por ter trazido o texto que leu, já não o congratulava pela forma sub-reptícia e política com que veio e mantinha a convicção que naquele local não será feita aquela unidade de tratamento de bagaço, uma vez que era esse o compromisso dos cinco membros do executivo municipal. Disse, ainda, que a proposta não tinha surgido do nada e que o estudo de impacto ambiental está lá porque foi um ponto que nós afirmámos que exigiríamos sempre, independentemente dos pareceres. E, pelo menos, vamos ser claros e coerentes nisso para não dizermos uma coisa em fevereiro e agora em julho dizermos outra. -----

Stausfrug



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

Concluiu, dizendo que acreditava que ficou claro, que da parte do executivo, pelo menos da parte dos cinco, não haverá predisposição para aprovarmos aquela unidade fabril naquele local, e retirar dividendos políticos como esta proposta inequivocamente quer fazer. -----

-----O Sr. Vereador Adriano Menino disse que estavam todos de acordo. -----

-----O Sr. Presidente referiu: *“O texto será esse e a minha resposta também será esta, como é obvio. Não há qualquer dúvida porque, eu agora apago sempre as mensagens, mas como estava à espera de uma situação dessas, essa não apaguei, porque nos tínhamos comprometido os dois a trazer à reunião de câmara um texto, que pudesse ser um texto do Concelho e de consenso o que o Sr. Vereador Adriano não faz”*. -----

-----O Sr. Vereador Adriano Menino referiu: *“Efetivamente, confirmo, a mensagem está escrita, eu recebi-a. Agora, o que eu não estava à espera era, enquanto eu fui junto da Divisão Técnica perceber o enquadramento do projeto, que era para o tal parecer conjunto, sub-repticiamente o PSD local tenha emitido um comunicado com base na informação que eu prestei na reunião de câmara precisamente no dia anterior, portanto, isso é que não foi ético, não foi correto e não houve aqui sequer lealdade política”*. -----

-----O Sr. Presidente disse: *“A lealdade política tem de ser entre as comissões políticas. Eu não faço parte da comissão política, o Sr. Vice-Presidente também não, a Sra. Vereadora também não, o Sr. Vereador Adriano Menino é o único que é presidente de uma comissão política, neste caso do PS.* -----

-----O Sr. Vereador Adriano Menino disse que o importante é o objetivo comum da não construção daquela unidade industrial, e isto é o que une o executivo, pois o objetivo é que a população do Concelho e sobretudo da Freguesia de Carviçais fique salvaguardada e que não tenha a menor dúvida do que os políticos que os representam estão a fazer, isso é que é o mais importante, não é andarmos aqui em diatribes por protagonismo político: *“É importante para nós aquela unidade? Não. Queremo-la no Concelho? Não, pelo menos naquele local. Queremos*



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

noutro? Como bem disse o Sr. Presidente na altura; “temos de ter uma solução, pode ser noutro sítio”, pelo que noutro sítio do concelho não aconselha, mas noutro sítio na região que abranja Moncorvo... -----

-----O Sr. Presidente referiu que o Sr. Vereador havia dito que poderia ser no Concelho ou noutro qualquer que servisse a região aproveitando para afirmar que o que interessa é que a população esteja de uma vez por todas ciente que o Executivo, por unanimidade, não deixará passar, custe o que custar, mesmo correndo o risco, como já havia dito antes de este assunto terminar nos tribunais e que seria ele que teria de se sentar lá para defender a posição do executivo e os interesses do Município. -----

Assim, não se pode deixar qualquer dúvida à população que os cinco, não estão aqui pelo CDS, pelo PS ou pelo PSD, mas pela população e é por ela que lutam reiterando o “Não, naquela localização!”. -----

-----A Sra. Vereadora Piedade Meneses referiu concordar com o que o Presidente disse até agora, assumindo o compromisso político relativo à situação do pedido por parte da Casa Alta para a instalação de uma unidade de bagaço naquele local, dada a proximidade a Carviçais, e que caso a empresa assim o entendesse poderia procurar outras soluções, fossem elas as que fossem e então a partir daí seria analisada convenientemente a situação. E dada esta circunstância, gostaria também de dizer o seguinte, toda a sua vida esteve ligada ao setor agrícola, esta coisa da política começou à relativamente não muitos anos na sua vida toda e, relativamente a esse assunto, aquilo que temos de pensar é, racionalmente, do que é que estamos a falar? E o que estamos a falar é de um subproduto da azeitona à qual se pretende retirar o óleo, e que nessa unidade de 100 mil toneladas previstas para esta região, enquanto a do Alentejo tem 300 mil. Com esta unidade, o que é que se pretende fazer? Pretende-se retirar o restante do azeite que está incluído no óleo em que o processo aqui na região seria a secagem e o transporte do restante material para o Alentejo. Não há adição de produtos, não há adição de fitofármacos, não há adição de herbicidas. Disse, ainda

5/7/2022

71  
57/2022/107



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

que não sabe em que se estão a fundamentar para dizerem que isto é uma unidade altamente poluente. -----

Na sua opinião, as pessoas devem pensar nisto como uma solução que pode ter algumas consequências em termos de cheiro ou até em termos ambientais, mas que tem de ser racionalmente pensado os prós e os contras da existência de uma unidade destas, com as devidas salvaguardas ambientais, porque se estamos numa terra de azeite, numa terra de olivicultores e não queremos o bagaço, alguma coisa está mal, pois não podemos querer o benefício do azeite, descurando o bagaço ou empurrando-o para outro concelho. -----

Isto tem de ser ponderado e pensado, não como se isto fosse uma estrutura siderúrgica ou atómica ou outra coisa qualquer com grandes restrições ambientais, mas sim como um subproduto do azeite que alguém tem de fazer a extração. Isto é, do que estamos a falar é de um subproduto do azeite da qual se quer retirar o restante óleo que lá está. Temos diversas entidades a trabalhar neste setor, diversas entidades a emitir declarações, a emitir pareceres, não percebendo onde é que vem esta ideia da demonização do setor agrícola. O setor agrícola já está a passar pelos problemas que tem de enfrentar e nós em vez de tentarmos racionalmente pensar do que estamos a falar, pedirmos opiniões às universidades, centros de investigação, se isto serve ou não, se há alternativas ou não para tentar melhorar o rendimento dos agricultores, estamos a dizer “Não, não, arranjam-se como puderem”. Basicamente estamos a passar um atestado de nulidade à atividade agrícola e estamos a dizer-lhes “Agora arranjam-se que o Município não está interessado nisto”. -----

Assim, nós não devemos demonizar o assunto; esta é a primeira questão. Temos de perceber racionalmente do que é que estamos a falar, temos de saber quais são os prós e os contras da unidade, temos de conhecer a realidade de lá de baixo, por isso acho que que os intervenientes devem conhecer a realidade do que é que estamos a falar. -----

Também posso dizer que aquilo que o elemento do Movimento Moncorvense foi



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

fazer lá baixo, foi ver uma unidade que não é esta que se quer instalar cá em cima, mas é uma unidade que fica na Freguesia ou Lugar de Fortes, com altos problemas ambientais e com diversas multas da APA. -----

O que se passa é que existe um circuito de desinformação, cujo objetivo é “desinformar” a população e, ao fazermos isso, arranja-se uma bandeira política, o que não pode suceder pois temos de levar este assunto com a seriedade que ele merece e que isto tem um envolvimento económico para os olivicultores, não é só para as cooperativas, porque o valor do bagaço vai ser descontado no azeite. Por isso se queremos apoiar o setor agrícola, temos de pensar o que é que vamos fazer com o bagaço. Isto é a mesma coisa que termos as laranjas ou as hortícolas e não sabermos o que fazer ao resto dos resíduos. Se temos o bom do azeite, então também temos de ter o mau do bagaço e temos de pensar que solução é que vamos arranjar para isto, não basta dizer “Não, não, isto é altamente poluente, faz um mal terrível à saúde; é necessário ter uma visão crítica, mas sobretudo fundamentada para se perceber do que realmente se está a falar, pedindo pareceres e opiniões a quem sabe, ver como é que a unidade lá baixo trabalha, se existem algumas penalizações por parte ambiental da que está em funcionamento pelo menos desde 2014. Perguntando: *“O que é que se passa com esta empresa lá em baixo? Tem multas? Tem funcionamento errado com as entidades ambientais? É este o processo que nós temos de saber. Que vantagem tiram os olivicultores deste processo? Eles estão a pagar o bagaço que estão a comprar às cooperativas e aos lagares? E quanto é que estão a pagar? E o que é que se passa se estas ou outras unidades não comprarem o bagaço? Sai do dinheiro que depois os agricultores pagam? É isto que temos de ver. Se queremos ser sérios na abordagem, não é dizer que isto é altamente poluente, em que se baseiam? Quais os estudos? Isto tem de ser analisado com critério e com seriedade, porque politicamente até se podem tirar grandes vantagens disto, mas não é um processo sério, sobretudo numa zona de olivicultura. Então que vamos dizer aos olivicultores? “Arranjem-se, as cooperativas arranjem-se, os lagares arranjem-se,*

5/10/2022

5/10/2022



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

*resolvam o problema, paguem mais, retirem do bagaço, por isso o preço do bagaço retirem-no ao azeite e os olivicultores recebam menos. Acham que isto é estar a ajudar? Eu acho que temos de ser mais sérios na abordagem. Acho que sim se deve ir la baixo porque não há nada como a informação, isso concordo". ----*

-----O Sr. Presidente sugeriu que se estivessem de acordo, poderia promover uma viagem para que o executivo juntamente com os serviços, depois de se contactar a administração da unidade industrial a funcionar no Alentejo para poderem conhecer essa unidade industrial. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal, por unanimidade, assumiu em fevereiro que "naquele local não", e iria manter essa posição, embora aceitando aquilo que a Vereadora Piedade Meneses disse, em termos económicos, porque os olivicultores não podem deixar a azeitona nas oliveiras, como foi referido na reunião de fevereiro e em que todos estivemos de acordo. Disse, ainda, que o pior que podemos fazer, para a população, e depois para a decisão, é colocarmos propostas políticas num assunto que deve ser primeiro ambiental, social e económica sendo isso é o que nós devemos fazer e a solução que temos que dar.- Aconselhou a leitura da entrevista que a Sra. Deputada Berta Nunes deu, em que diz que se tem de resolver a situação. Cabe-nos ver é se esta é a melhor forma, se é outra, se qualquer que seja. Agora, se nós já tivemos aqui entre os cinco a decisão que naquele local não, não vamos agora andar para trás e ver o que vamos fazer, não. Naquele local, não. Agora podemos ir lá se quiserem, e vemos como funciona, como é que labora. -----

Face ao que a Sra. Vereadora Piedade Meneses transmitiu agora ao dizer que a Fábrica são para 300 mil e aqui para 100 mil, que aqui não há adição de fitofármacos nem de uma série de outros produtos nocivos, sugeria, que fossem ver a mesma empresa. -----

Terminou reiterando que o que o executivo deve fazer é manter a posição que naquele local, aquele projeto não. -----

-----O Sr. Vereador Adriano Menino interveio dizendo: "Concordando com a



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

*generalidade do que a Engenheira disse, isso são verdades como é óbvio, a questão é que esta unidade aqui não é para resolver o nosso problema em específico, porque aí estaríamos a falar de algo diferente. A nossa unidade, a que está prevista aqui é para acrescentar uma unidade mais à região e é para tratar os bagaços que têm de ser tratados porque as oliveiras têm de continuar a ser tratadas, os agricultores têm de subsistir, têm de dar lucro, etc., estamos todos de acordo. A adição de uma nova unidade industrial é para servir toda a região e não só, e acresce aqui uma gravidade, é que já atualmente as três unidades que estão em laboração, tratam bagaços também vindos da Beira Alta, por isso também entraram em rutura, não esquecermos isso. E que esta nova unidade, o que vai trazer também, e foi dito, foi assumido, na última quarta-feira em Macedo de Cavaleiros, numa reunião onde estive presente, que passarão a vir também bagaços do Alentejo e do Ribatejo para serem tratados nas nossas unidades aqui, com transporte em camiões, que até é uma forma de o rentabilizar. Até foi falado o valor em euros por transporte em camião. Portanto, o que nós estamos aqui a fazer não é a resolver a nossa questão em particular que nos merece toda a nossa atenção e que por ela teremos que abolir toda a política do assunto, mas não é isso que está em questão infelizmente. O que está em questão infelizmente é trazer mais um problema para a nossa região, continuando por resolver o problema dos agricultores. E o problema dos agricultores resolve-se com as três unidades que existem atualmente na nossa região, uma das quais bem próxima de nós, e que todos nós conhecemos os malefícios daquela unidade, todos nós lá passamos de vez em quando. No Peredo dos Castelhanos, que ainda fica a alguns km da unidade fabril do Pocinho, os habitantes também sabem de vez em quando os cheiros que têm e os fumos, que tenhamos noção disso. ----- Agora, a solução não passa por acrescentar uma nova fábrica, e temos de pensar que estamos a poucos meses de mais uma época de apanha da azeitona, passa no imediato atuar sobre as unidades que existem, torna-las ambientalmente eficazes e sustentáveis para que possam continuar a receber o bagaço dos nossos*

57/2022/1007



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

*agricultores, enquanto se estudam medidas alternativas, nomeadamente na compostagem, isso também foi quarta-feira falado com a comunidade científica que estava também nessa mesma reunião. A solução não passa por construir mais fábricas, a construção e a tendência política neste assunto é virar o assunto para a compostagem e há unidades bem referenciadas no país que já fazem esse tipo de trabalho, Engenheira.* -----

*Portanto, estamos todos de acordo que estamos do lado dos agricultores e da população, agora esta fábrica não vem resolver especificamente o problema dos nossos agricultores e é isso que temos de ter noção".* -----

-----O Sr. Presidente disse que estando todos de acordo neste ponto, é necessário mais, é necessário ambientalmente melhor e num meio diferente, que até poderá ser os bio-resíduos, a compostagem, tudo isso, e isso levar-nos-ia a outra discussão. Agora, a unidade do Pocinho não é exemplo para ninguém nem para nada, e infelizmente não nos podemos esquecer que a Cooperativa de Olivicultores de Moncorvo é sócia, como a da Alfândega também é sócia e têm de resolver o problema. Agora, na perspetiva da região, então se fosse assim, onde é que nós colocávamos os nossos resíduos, uma vez que não temos aterro? -----

A resolução poderá passar, não por mais fábricas, mas por compatibilizar estas de uma forma ecológica. A União Europeia tem de se virar para este lado e perceber que a linha final tem de ser apoiada para não ter os problemas ambientais que tem. -----

Agora, ter qualquer coisa parecida, que não é o caso, mas ter qualquer coisa parecida como no Pocinho, aqui, não! Já nos chega quando o vento vem daquela direção para Torre de Moncorvo! Portanto se estamos todos de acordo com isto, o que nós devemos fazer, é exigir um estudo do impacto ambiental, como disse em fevereiro, seja obrigatório ou não seja e vamos pedi-lo mesmo, e mesmo que seja favorável, naquele local, vou continuar a dizer, não. -----

Concluiu dizendo que os cinco tinham de estar preparados para ter uma proposta que não seja política, mas uma proposta viável para não deixarmos cair os



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

olivicultores e imputar mesmo isto, dizendo, *“Meus senhores, enquanto a União Europeia também não se virar para o nosso problema criando linhas de apoio, nós também não podemos ser parte de uma solução no nosso território”*, e acho que isso estamos todos de acordo. -----

----A Sra. Vereadora Piedade Meneses interveio, dizendo que, na sua opinião pessoal, não era contra uma unidade que possa servir mais que um concelho, de acordo até com os serviços que vamos tendo em todos eles em várias áreas. A agregação das redes é sinónimo de mais eficiência, não quer dizer que seja sempre, mas em principio será, por isso é que se tenta sempre ter escala em termos económicos para diversos setores. Quanto à agregação acha que é possível e pode ser vantajosa, não quer dizer que seja sempre, mas em principio poderá ser. -----

Disse, ainda que este problema se pôs ao contrário: como no setor agrícola as coisas demoram o seu tempo, as empresas que fazem a extração do bagaço, fizeram durante dois anos uma pressão sobre os lagares exigindo o pagamento do transporte do bagaço para as respetivas unidades. E isto originou da parte das unidades que existiam, tal como ali a do Pocinho que teve sérios problemas ambientais, que esteve para estar fechada e só abriu porque realmente era necessária em termos económicos. De alguma forma estamos a apoiar as situações mais gravosas em termos ambientais para a resolução do problema, está a haver uma perversidade do sistema. Mas esse problema que foi sentido há dois anos como uma coisa essencial, neste momento não é sentido como uma coisa essencial, porque, entretanto, a situação normalizou. Tudo indica que o azeite irá ter uma valorização por causa das crises alimentares e, por isso, isto vai ser atenuado, o que significa que uma coisa que era urgente há dois anos e que no fundo ficou em standby permitindo o funcionamento das unidades quando elas não estavam em condições ambientais. Por isso, de certa forma, estamos a valorizar as unidades que não estão a funcionar como deve ser, no entanto este problema não é sentido como um problema premente porque as unidades

S. Faustino

5/1/2022



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

continuaram a funcionar. Por isso, pessoalmente, é contra a existência da unidade no sítio que está identificado em Carviçais. Não é contra o estudo ou à possibilidade de existência de uma unidade num outro local que possa servir alguns concelhos da região, mas para isso é preciso que o setor do azeite se manifeste e que diga de sua justiça porque nós não temos de estar a sentir as dores de um setor sem ele se manifestar. -----

O Município não pode ser responsável pela instalação pelo dizer que sim ou não a uma unidade quando ela serve num setor que não se manifesta. -----

-----O Sr. Vereador Adriano Menino disse não estar totalmente de acordo neste ponto tanto que na quarta-feira anterior o setor estava lá muito bem representado, inclusive do Concelho de Torre de Moncorvo, tendo a Sra. Vereadora Piedade Meneses afirmado desconhecer se tinha sido recebida alguma convocatória. -----

-----O Sr. Presidente questionou é se alguém já ouviu o setor dizer publicamente alguma coisa sobre esta unidade do Concelho de Torre de Moncorvo, desconhecendo se, em privado e em determinadas reuniões, isso teria sido feito.---

-----A Sra. Vereadora Piedade Meneses disse que, para si, isso seria o mesmo que alguém querer fazer o Município interessar-se por uma unidade de qualquer coisa sem ouvir o setor que vai instalar essa unidade, o que não faz grande sentido. -----

-----O Sr. Presidente questionou o Sr. Vereador Adriano Menino se, alguns dos que estiveram na reunião que ele referiu, também foram subscritores da prorrogação daquela fonte de fumos e cheiros que proliferam no Pocinho. -----

-----O Sr. Vereador Adriano Menino disse que não se podia pronunciar pois não tinha dados para isso. -----

-----A Sra. Vereadora Piedade Meneses afirmou que se lhe perguntarem se era a favor da existência de uma unidade destas acautelando todas as questões ambientais de proximidade às populações e que isso possa trazer vantagem para o setor, a sua resposta seria afirmativa, desde que seja com outra localização e com o estudo de impacto ambiental, pois este é essencial. Mas concorda que



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

possam existir, pois estas unidades são necessárias, desde que amigas do ambiente, o que não significa que tenha de ser no concelho de Torre de Moncorvo. Assim, que se alguma entidade apresentar um projeto com cabeça, tronco e membros, numa localização que ambientalmente não traga problemas e que isso possa servir até a região, seria favorável, mas sempre com o estudo do impacto ambiental. -----

-----O Sr. Presidente concluiu este ponto, dizendo que achava que podemos fazer um bom trabalho em prol da população, deixando as políticas de lado, que é o mais importante. Disse, também, que este debate foi enriquecedor o que é sempre positivo, sendo importante manter a posição que os cinco tomaram em fevereiro: tem de haver uma solução, mas não naquele local! -----

Mais informou que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal comunicou ontem, na sessão daquele órgão onde todos os membros estiveram presentes, que a Assembleia Intermunicipal da CIM Douro em princípio será dia 15 em Torre de Moncorvo, o que coincide com a nossa reunião de câmara, pelo que propunha antecipar a reunião de Câmara para 14. -----

Disse ainda que, devido à realização da Assembleia Intermunicipal, a próxima reunião dos Roteiros do Sabor que estão a ser realizados de 15 em 15 dias, provavelmente será no dia 29 de julho pelo que propunha que se adiasse para o dia 01 de agosto. -----

-----**A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta de alteração das datas das duas reuniões de câmara referidas.** -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATA:** -----

**PONTO 02:** -----

-----Foi presente para aprovação a ata número 12 da reunião realizada no dia 17 de junho de 2022, a qual foi previamente distribuída aos membros de Executivo. ---

----- **A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, agendar para a próxima reunião.** -----

5/10/2022

Handwritten signature or mark in the top left corner.



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

**----- GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA: -----**

**PONTO 03: -----**

-----CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR – PUBLICIDADE À “EXPOVILA 1.0 – DE 07 A 10.07.2022”:

-----Foi presente um ofício datado de 20.06.2022 da Câmara Municipal de Vila Flor a dar conhecimento que entre os dias 07 a 10 de julho de 2022 vai proceder-se à realização do Certame “EXPOVILA 1.0 – de 07 a 10.07.2022”, solicitando autorização para a divulgação deste evento no Concelho de Torre de Moncorvo, através de meios sonoros e afixação de cartazes, assim como, a isenção das taxas associadas ao mesmo.

**----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, autorizar, devendo ser retirada toda a publicidade no final do evento. -----**

**----- GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES: -----**

**----- VICE-PRESIDENTE: -----**

**PONTO 04: -----**

-----FÉRIAS DE VERÃO – NORMAS INTERNAS DE FUNCIONAMENTO: -----

-----Foram presentes as Normas Internas que estabelecem as regras gerais a observar nas “Férias de Verão 2022”, organizadas pelo Município de Torre de Moncorvo, e que aqui se dão como transcritas para todos os efeitos legais.

**----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar, com a alteração sugerida à alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º das respetivas Normas. ----**

**PONTO 05: -----**

-----ASSOCIAÇÃO BEM FAZER DE LARINHO – “1.º PAINTBALL TOURNAMENT – LARINHO” – PEDIDO DE APOIO: -----

-----Foi presente o ofício n.º 2 datado de 21.06.2022 da Associação Bem Fazer de Larinho a informar que no dia 2 de julho de 2022, vai organizar o “1.º Paintball Tournament”, no Larinho. Assim, solicitam o apoio do Município para a divulgação do mesmo, e para a aquisição de troféus a atribuir às 3 primeiras equipas classificadas.



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apoiar na divulgação do evento e na aquisição de troféus, caso estejam garantidas as regras de segurança e o seguro para a realização do evento.** -----

**PONTO 06:** -----

-----UNIÃO DESPORTIVA DE FELGAR – ATIVIDADES NSA 2022 – PEDIDO DE APOIO: -----

-----Foi presente o ofício n.º 01/2022 da União Desportiva de Felgar a informar que entre os dias 16 a 22 de Agosto de 2022 vão decorrer as seguintes atividades: Percurso Pedestre Noturno, Maratona de Futsal, Sueca e Petanca, inseridas nas Festividades de Nossa Senhora do Amparo. Posto isto, solicitam o apoio do Município para a aquisição de brindes de oferta a cada um dos participantes. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apoiar a aquisição de brindes, até ao montante de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).** -----

**PONTO 07:** -----

-----AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. RAMIRO SALGADO - TORRE DE Moncorvo - APOIOS ALUNOS NEE: -----

-----Foi presente um email datado de 22.06.2022 do Agrupamento de Escolas Dr. Ramiro Salgado, Torre de Moncorvo a informar que dos alunos que beneficiam de medidas seletivas e/ou adicionais, encontram-se matriculados e a frequentar o respetivo Agrupamento de Escolas, no 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, alunos de Necessidades Especiais, com graves limitações ao nível da atividade e participação, que necessitam de um apoio permanente e continuado, devido às limitações de que são portadores. Esses alunos necessitam ainda de um apoio específico por parte de técnicos especializados em diversas vertentes, nomeadamente: terapia da fala, terapia ocupacional, psicomotricidade e psicologia. Todos os alunos só dispõem de 3 docentes, o que é manifestamente insuficiente para os diversos casos. Face ao exposto, solicitam o apoio do Município a nível de contratação de terapeutas, especialmente de Terapia da Fala, e a colocação de pessoal não docente. -----

*Stawinski*

5/15/2022



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

**PONTO 08:** -----

----- PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR. -----

-----Foi presente uma Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 9.06.2022 relativamente à abertura de Procedimento Concursal Comum por Tempo Indeterminado para Ocupação de Dois Postos de Trabalho da Carreira e Categoria de Técnico Superior, na área da Contabilidade e Engenharia Florestal, juntamente com o parecer da consultora jurídica externa que presta apoio ao Município na área dos recursos humanos, e que aqui se dá como transcrito para todos os efeitos legais, ficando o mesmo arquivado em anexo à presente ata. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar.** -----

**PONTO 09:** -----

----- PROPOSTA – ABERTURA DE CONCURSO INTERNO DE INGRESSO PARA O PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CATEGORIA DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA, GRAU 2, NÍVEL 1, DA CARREIRA (NÃO REVISTA) DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA, DO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO. -----

-----Foi presente uma Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 28.06.2022 relativamente à abertura de Concurso Interno de Ingresso para o preenchimento de 1 posto de trabalho da categoria de Técnico de Informática, Grau 2, Nível 1, da carreira (não revista) de Técnico de Informática, limitado ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar.** -----

**PONTO 10:** -----

----- APOIO HABITACIONAL A ESTRATOS SOCIAS DESFAVORECIDOS – HORTA DA VILARIÇA. -----



## MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

-----Foi presente a informação n.º 1095/2022 – D.A.S a dar conhecimento que no cumprimento do despacho do Sr. Presidente de 10.06.2022, no âmbito do Apoio Habitacional a Estratos Sociais Desfavorecidos ao Múncipe devidamente identificado na informação supra, foi solicitado ao requerente a apresentação de mais 2 orçamentos. Após análise dos mesmos, pelos serviços, são do parecer que seja autorizado o apoio solicitado, no montante de 4.293,00€, considerando que é a proposta mais vantajosa em termos de preço. Assim, propõe-se a aprovação do apoio e da minuta do contrato. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

**PONTO 11:** -----

-----**LEGISLAÇÃO:** -----

----- Foi presente a legislação a seguir referida: -----

- Portaria n.º 160-B/2022, de 17 de junho – Finanças e Ambiente e Ação Climática: Revisão e fixação dos valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos; -----
- Portaria n.º 164-A/2022, de 24 de junho – Finanças e Ambiente e Ação Climática: Revisão e fixação dos valores das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos; -----
- Edital n.º 874/2022, de 24 de junho - APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.: Atribuição de licença de utilização privativa do domínio público hídrico para exploração da fluvina do cais da Foz do Sabor, ao km 173,80 da via navegável do Douro, Torre de Moncorvo; -----
- Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – Assembleia da República: Orçamento do Estado para 2022; -----
- Decreto-Lei n.º 42/2022, de 29 de junho – Presidência do Conselho de Ministros: Estabelece medidas de apoio às famílias e às empresas no âmbito do conflito armado na Ucrânia; -----
- Portaria n.º 165/2022, de 29 de junho – Saúde: Proceda à sétima alteração à Portaria n.º 142-B/2012, de 15 de maio, que define as condições em que o Serviço

*Handwritten signature*

5/10/2022



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

Nacional de Saúde (SNS) assegura os encargos com o transporte não urgente de doentes que seja instrumental à realização das prestações de saúde; -----

- Despacho n.º 7980-A/2022, de 29 de junho - Saúde - Gabinete da Ministra: Altera a redação dos n.os 1 a 6 do Despacho n.º 7702-A/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 8706/2012, de 29 de junho; -----

- Despacho n.º 7980-B/2022, de 29 de junho - Saúde - Gabinete da Ministra: Altera a redação dos artigos 3.º, 4.º e 10.º do anexo ao Despacho n.º 7702-C/2012, de 4 de junho, alterado pelo Despacho n.º 8705/2012, de 29 de junho. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**PONTO 12:** -----

----- **BALANÇO BUPI – JANEIRO A MAIO DE 2022.** -----

-----Foi presente a informação n.º 1109-2022 – Divisão Técnica, a dar conhecimento que, no âmbito dos objetivos definidos para o Balcão BUPI, anexam o balanço dos valores apurados nos meses compreendidos entre Janeiro e Maio de 2022. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE – SUB. UNIDADE DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:** -----

**PONTO 13:** -----

-----**CONDOMÍNIO DO PRÉDIO QUINTA DA JUDITE – LOTE 45 – BLOCO B - RUA D. DINIS - TORRE DE MONCORVO - PEDIDO DE INSPEÇÃO PERIÓDICA AO ELEVADOR – ASCENSOR NNQ 199:** -----

-----Foi presente o requerimento n.º 537/2022 e o processo n.º 227/2022, disponibilizados a todos os membros do executivo, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de atas, cujo teor se dá integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.** -----

-----**DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL:** -----

**PONTO 14:** -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO**

Ata n.º 13/2022 de 1 de Julho de 2022

-----DAS – ACORDO TRIPARTIDO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS PARA 2022 - TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS EM PERÍODO DE FÉRIAS. -----

-----Foi presente a informação n.º 1103/2022 – DAS a dar conhecimento que o Acordo Tripartido de Transporte Público de Passageiros para 2022, prevê que o transporte seja realizado em período normal letivo, até final de junho. Uma vez que o calendário escolar tem diferentes datas para o encerramento do ano escolar, de acordo com o ciclo de estudos, é necessário que os transportes públicos de passageiros se mantenham até ao dia 27 de junho de 2022, data dos últimos exames dos alunos do ensino secundário. A partir dessa data, em período de férias escolares, serão realizados transportes públicos de passageiros com redução de horários. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

**PONTO 15:** -----

-----Terminada a ordem do dia verificou-se a inexistência de público. -----

-----E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião eram 12h30, e para constar se lavrou a presente ata, composta por 21 páginas, numeradas de 1 a 21 que eu, Eduardo Dixo, redigi e vou assinar, com o Sr. Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

P' L O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira,